

10-22

# BOLETIM DO MUSEU NACIONAL

NOVA SÉRIE  
RIO DE JANEIRO, RJ — BRASIL

ISSN 0080-3189

ANTROPOLOGIA N.º 46 17 NOVEMBRO DE 1983

## VERSÕES DE UMA CRISE: O CASO DO "AÇÚCAR" NO SUL DE ALAGOAS<sup>1</sup>

Beatriz M. A. de Heredia \*

É expressão corrente em Alagoas, entre aqueles que se encontram de alguma maneira ligados à cana-de-açúcar, que esse é um estado com vocação pela cana.

Se já desde o Século XVII, a cana era objeto de cultivo no que hoje constitui o Estado de Alagoas, com o correr do tempo esse cultivo foi expandido paulativamente seus domínios, embora com os altos e baixos próprios de um produto que está submetido as leis do mercado internacional. No entanto, essa expansão constante nos últimos anos, teve crescimento súbito e nesse crescimento podem ser assinalados dois momentos. A primeira grande expansão se produz no final dos anos 50 quando começaram a ser incorporadas para a cultura, terras que tradicionalmente eram consideradas improdutivas, estamos nos referindo especificamente às terras de tabuleiro que predominam na região sul do Estado. O segundo momento que marca essa expansão, tem lugar na presente década, a

1 O presente trabalho foi redigido no ano de 1978 depois de um trabalho de campo realizado no verão daquele ano. Embora referido a uma situação conjuntural, uma situação de crise, acreditamos que ele mantém sua atualidade uma vez que essas crises são periódicas. Hoje ao que parece, estamos frente a outra e todas elas fornecem elementos para compreender relações sociais estruturais.

\* Aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Professor-Assistente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ.

Publicado com os recursos do Convênio 253-FINEP/UFRJ/Museu Nacional.

partir dos anos 70, quando se produz a "modernização" tanto na parte agrícola como na parte industrial (usinas) <sup>2</sup>.

Essa expansão fez com que uma produção de 1.768.203 sacos de açúcar produzidos na safra de 1950/51 passasse a 5.087.734 na safra de 1961/62 até atingir em 1967/77 a produção nunca alcançada de 18.682.573 sacos de açúcar <sup>3</sup>.

No entanto, e apesar dos dados expostos, segundo as informações com que contávamos através da imprensa já antes de empreender nosso trabalho de campo, se fazia referência a uma crise que os estados produtores de açúcar do nordeste estavam enfrentando. Esse fato contribuiu para que resolvêssemos empreender nosso trabalho naquele momento.

Um dos problemas que nos colocávamos, é que ao nos remontarmos ao passado, um dos elementos recorrentes é a referência que os agentes ligados à cana-de-açúcar fazem, em repetidas oportunidades, à presença de crises mais ou menos periódicas. Em consequência, parecia-nos extremamente interessante pegar a crise como objeto de estudo e a partir da análise da mesma estabelecer sua especificidade em relação as crises anteriores, e em que consistia a mesma <sup>4</sup>.

Uma vez na área, um primeiro elemento que aparece como sendo motivo de consenso, é que a crise presente está ligada à expansão do cultivo da cana e ao seu conseqüente aumento de produção. É por isso que essa crise é vista pelos usineiros e fornecedores como uma crise de crescimento. Nesse sentido ela é comparada com a crise que também vive o Estado de Pernambuco, que os alagoanos designam como "crise de decadência", querendo significar que num caso a crise é causada por um incremento na produção, enquanto que no caso do estado vizinho a crise deve-se a uma retração de seu cultivo, não em termos absolutos, mas sim em termos de comparação com o que está acontecendo em Alagoas.

---

2 Modernização é definida pelos agentes sociais envolvidos com sinônimo de mecanização.

3 Relatório da Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar, 1977.

4 A leitura de Bourdieu (1962) permitiu perceber como certas situações que são vividas como crise por parte dos próprios agentes sociais, podem ser elucidadoras das relações sociais em jogo.

A partir do contato com os diferentes grupos sociais ligados a produção açucareira, nos propusemos recolher as diferentes versões que os mesmos tem sobre a crise, versões que transcrevemos a seguir.

É consenso entre os usineiros e fornecedores, que a crise atual é a crise de maior gravidade pela qual tem passado nas duas últimas décadas. Para ambos os grupos, são diversas as razões que os levam a estar em presença de uma crise hoje. Por um lado, a situação atual está ligada estreitamente a um problema de preços a nível do mercado interno. Nesse sentido, ainda quando se reconhece que o problema do preço do açúcar, o qual é controlado por organismos governamentais, não é um fato novo, os usineiros e fornecedores entendem que no presente esse problema tem se acentuado na medida que existe um desnível maior do preço do produto em relação ao aumento atingido pelos outros produtos. Nesse sentido não só se faz referência à desproporção existente entre o preço da cana e o das maquinarias, adubos e demais implementos, mas também se faz comparação com outros produtos de exportação e também subsidiados. É constante então, entre usineiros e fornecedores, mencionar o caso do aumento do preço do café. Esse se constitui no exemplo mais utilizado para assinalar a crise do preço do açúcar.

Mas, a esse problema somam-se outros. Caracteriza-se esta crise como financeira, e como tal intimamente relacionada com o problema dos preços a nível de mercado internacional. A um período de auge que teve lugar entre os anos 1972 e 1975, que significou um aumento quintuplicado de um ano para outro<sup>5</sup>, se seguiu um período de declínio. Este é assinalado como o problema fundamental do qual deriva em grande medida a situação de crise atual, inclusive chegando a afirmar o caráter negativo dessas altas cotações, que provocaram uma euforia que por sua vez incentivou grandes investimentos que em boa medida causaram a crise.

Como consequência do alto preço atingido pelo produto, o Fundo de Exportação<sup>6</sup> que desde sua criação tinha atuado com déficit, porque os preços do açúcar no mercado internacional eram inferiores aos preços vigentes para o mercado interno, com a alta súbita de preço produzida no mercado internacional, começou a operar com um superávit inusitado "enchendo suas arcas" como se diz frequentemente. Em 1972 o Fundo avalia estar em condições de reverter

---

5 Como exemplo, e sendo muito mencionado por usineiros e fornecedores, podemos mencionar que o açúcar passou de uma cotação de 200 dólares por tonelada no ano 1972 a 1.500 dólares no ano seguinte.

esse lucro aos próprios produtores através de um programa de reinversões.

Assim, toda a política do Instituto de Açúcar e Alcool centralizou-se no incentivo à expansão da indústria açucareira através de financiamento que ela mesma forneceria com os lucros obtidos pelo Fundo de Exportação. Esse programa consistia fundamentalmente numa reformulação total dos aspectos técnicos da agro-indústria, programa que ficou conhecido na região como de "modernização".

É interessante destacar que essa política do IAA de incentivo a produção embora anterior a 1972, se consolida em forma definitiva neste ano<sup>7</sup>. É bom lembrar que já existia uma determinação dessa instituição que data do ano 1971 (Decreto-lei n.º 1.186), permitindo a realocação, fusão e incorporação de usinas. A realocação se refere a um deslocamento espacial das usinas permitindo a transferência de usinas já existentes para outras regiões. A fusão permite a reunião de várias usinas numa única. Por esse decreto as usinas menores podem ser incorporadas a outras de maior produção, incentivando-se a expansão em termos de grandes empresas. Aquelas usinas com uma produção inferior a 400.000 sacos de açúcar por ano deveriam aumentar sua produção se fundindo a outras maiores ou então incorporando-se às mesmas, como forma de continuar recebendo incentivos em financiamentos.

No entanto, a expansão do cultivo da cana na região sul de Alagoas, como já dissemos, tinha começado com o aproveitamento das terras de tabuleiros (terras altas e planas)<sup>8</sup>. Tradicionalmente o cultivo se realizava nos vales úmidos, e considerava-se que as terras de tabuleiros, cobertas de mata, eram totalmente improdutivas. A partir do desmatamento das mesmas e com a incorporação de fertilizantes químicos, às terras dos tabuleiros se transformaram na meta dos usineiros e fornecedores. Pouco a pouco, as usinas já estabelecidas a mais tempo na região, começaram a utilizar não só os tabuleiros que já possuíam dentro de suas propriedades como também aumentaram

---

6 O Fundo de Exportação foi criado pelo Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), tendo como objetivo a proteção da produção, servindo de elemento de equilíbrio entre o desnível existente entre os preços a nível do mercado interno e os do mercado internacional (Decreto-lei n.º 1.137, de 28 de fevereiro de 1967).

7 O Decreto-lei de 6 de julho de 1967 estimula a compra de terras através de financiamentos e da isenção de impostos sobre essas transações.

sua extensão através da compra. Igual processo iniciam os fornecedores. Ao mesmo tempo, proprietários de usinas do norte do estado, como também alguns proprietários de usinas em Pernambuco, começam a comprar terras na região. No entanto, e embora como movimentos de alguma maneira independentes, o aproveitamento integral dessas terras e a grande expansão se vê totalmente reforçada e coroada com os incentivos oferecidos pelo IAA, através do decreto citado de 1971, e especialmente com os financiamentos a partir de 1972, como consequência da situação financeira que começa a viver o Fundo de Exportação. Esses financiamentos favorecem especialmente as usinas. As 27 usinas do Estado foram beneficiadas mas só 100 fornecedores de um total de aproximadamente 4.500. É precisamente entre os anos 1973 e 1974 que instalam-se cinco novas usinas no sul de Alagoas, área de tabuleiros, e algumas delas assim como algumas usinas já existentes chegaram até a triplicar sua produção nesse período<sup>9</sup>. Como exemplo ilustrativo podemos mencionar que a produção do estado passou de 11.820.971 sacos de açúcar na safra de 1975/76 a 18.682.573 sacos na safra de 1976/77.

Tanto usineiros quanto fornecedores, recebem financiamento do IAA e do Banco do Brasil através de suas respectivas cooperativas. Esses financiamentos são descontados cada safra sobre o total da produção obtida, por cada usina e por cada fornecedor. No caso dos fornecedores, são as usinas as encarregadas de efetuar esses descontos denominados "retenção" e os descontos das usinas, são feitos através do IAA e do Banco do Brasil. Ambas as instituições resolveram a suspensão momentânea dos descontos pelos financiamentos fornecidos (essa suspensão teve lugar entre 1.º de novembro e 31 de dezembro de 1977). Mas, se essa suspensão poderia significar o reconhecimento da existência de uma situação de crise por parte dos organismos governamentais, é necessário destacar que esse fato não é novo, e para mencionar só um exemplo próximo, na safra anterior já tinha havido suspensões momentâneas.

8 Palmeira, 1979.

9 Algumas das 5 usinas instaladas eram usinas já existentes que foram realocadas. Tal é o caso da Usina Roçadinho que existia em Pernambuco. A Usina Porto Rico II deslocou-se desde o Norte. A Usina Seresta é fusão e realocação de duas usinas existentes no norte do estado; e as usinas novas são Guaxuma e Sumauma.

Além desses financiamentos existem aqueles que no caso especial das usinas receberam do Fundo de Exportação a partir do ano 1972 e que neste momento, pela magnitude dos mesmos, serão, na versão dos afetados, os mais difíceis de enfrentar. Seria nesse ano que deveriam começar a ser reembolsados. No entanto esse fato não é mencionado como problemático pelos usineiros, que vêem a crise mais como um problema de preços.

Por essa razão e embora possa aparentemente resultar estranho que a queixa maior seja só pelo preço do produto, na verdade estaria em jogo além do aumento, a possibilidade de cancelamento da dívida contraída pela "modernização". Esse fato aparece ainda que em forma mais diluída, quando se anunciam críticas ao IAA, responsabilizado por ter oferecido financiamento incentivando essa "modernização".

Por outro lado, quando os financiamentos do Fundo de Exportação foram concedidos, já eram recebidos pelos usineiros como dados, e é precisamente esse fato que ajuda a compreender mais claramente a afirmação de que o Fundo de Exportação não fez outra coisa senão devolver aos produtores o que estes já previamente tinham depositado. São esses elementos, em resumo, os que permitem explicar o porque de uma reclamação tão exasperada frente as autoridades que também nunca antes deveriam se sentir tão responsáveis. O fato da intervenção do Fundo de Exportação no incentivo da "modernização" é o que dá poder de barganha aos usineiros, e esse seria o caráter de especificidade que assumiria essa crise.

Existe uma preocupação especial de parte dos usineiros na insistência da realidade dessa crise, insistindo que o baixo preço e as dívidas contraídas é o que motiva o atraso por parte de algumas das usinas no cumprimento dos pagamentos pela cana recebida dos fornecedores.

Com referência à versão dos fornecedores, esses definem a crise não só como sendo de preço mas também financeira; crise que os afeta por não estarem em condições de saldar as dívidas contraídas como consequência dos investimentos realizados. Embora só um número reduzido de fornecedores tenha sido beneficiado pelos financiamentos do Fundo de Exportação, os fornecedores, como já dissemos, operam com financiamentos diversos que são recebidos através da Cooperativa que os agrupa e/ou do Banco do Brasil. Nesse momento em que o preço do produto é considerado como muito baixo, o que se soma ao atraso no pagamento por parte das usinas as dificuldades são vividas como maiores e obrigando-se a acudir a financiamentos provenientes de entidades financeiras privadas, o que sig-

nifica "juros excessivos". Isto se faz necessário, segundo essa versão, como maneira de poder manter o pagamento aos trabalhadores. Outro mecanismo, acionado nessa circunstância, é a venda do gado caso dele se disponha.

No entanto, e deixando de lado o problema do preço, a crise assume para os fornecedores uma outra dimensão, e ela refere-se concretamente à relação dos mesmos com as usinas.

Ainda que a nível oficial da Associação dos Plantadores de Cana não interessa provocar situações de conflito, preconizando até a "unidade de interesse entre usineiros e fornecedores", os conflitos entre ambos grupos existem, e nessa conjuntura tomaram uma dimensão tal que a Associação, enquanto responsável pela relação entre eles, realizou reiteradas denúncias contra a ação de algumas usinas. Por outro lado essa relação conflitiva não é recente, pelo contrário, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que os conflitos são antigos. A conjuntura atual, vivida como situação de crise, permite apenas que aflorem situações de tensão preexistentes, que remetem a uma crise que poderia ser denominada como permanente entre fornecedores e usineiros.

Esse conflito se expressa na própria interpretação da crise atual. Os fornecedores assinalam que os problemas vividos pelos usineiros devem-se fundamentalmente a desvios dos fundos recebidos, ao mesmo tempo em que questionam a capacidade empresarial dos mesmos de tal forma que, para eles, essa crise é uma "crise de usinas, mas não de usineiros".

Outro aspecto do conflito é a questão da baixa produtividade. Os usineiros consideram que esse fato agrava o problema e assim o somam às razões já enunciadas como causadoras da crise.

Por disposição do IAA, organismo que estabelece e controla o funcionamento de todo o sistema, a usina paga ao fornecedor por tonelada de cana recebida. Para efetuar o pagamento se baseia na média de 90 kgs de açúcar por tonelada de cana. Na verdade o rendimento é geralmente menor, o que faz cair a rentabilidade geral. Esse argumento afeta de forma direta as relações entre fornecedores e usineiros e ele é de caráter diferente do problema de preço.

Embora ambos grupos reconheçam a necessidade de introduzir novas variedades de cana, dada à baixa rentabilidade obtida, os fornecedores insistem no fato de que é impossível tomar medidas que signifiquem mudanças na situação atual, até que essas novas variedades possam ser introduzidas, o que supõe um prazo limite de 6 anos. Face a esta situação, alguns usineiros tem resolvido tomar

medidas sem esperar as resoluções do longo prazo. Assim por fora das disposições estabelecidas pelo IAA, tem optado por não aceitar canas provenientes dos fornecedores que tenham um teor de sacarose menor que aquele efetivamente pago. Outros, no entanto, adotaram o sistema de fazer descontos aos fornecedores. É bom lembrar que a cana uma vez cortada deve ser processada antes de 48 horas para evitar uma diminuição no rendimento, e esse fato é o que dá lugar a uma série de confrontos.

Retomando o problema dos descontos, as usinas podem fazer abatimentos de 1 a 4% sobre a cana recebida seguindo itens pré-estabelecidos. No entanto, fazendo uso de uma disposição proveniente do IAA, que estabelece que as canas que forem cortadas com mais de 48 horas podem sofrer descontos progressivos até atingir a rejeição o que acontece ao atingirem mais de 96 horas após o corte, utilizam esses argumentos para efetuar descontos maiores, ou então, como já temos dito, rejeitar diretamente a cana.

Do fato acima derivam por sua vez vários outros conflitos, por exemplo aquele que tem lugar com a chegada da cana dos fornecedores à usina. Segundo estabelece o IAA, só entrarão no dia para serem moídas as canas de propriedade de usina, depois que sejam recebidas as canas dos fornecedores, e essas normas não são respeitadas, segundo a versão dos fornecedores. Como exemplo devemos dizer que os fornecedores denunciam que os "chapas brancas", como são conhecidos os caminhões das usinas, furam as filas, com o que as canas de propriedade dos fornecedores só são recebidas 48 horas após o corte e, em consequência sofrem descontos. A essas infrações se agregam outras, como o problema do "roubo" no peso da carga dos caminhões.

Frente a esses conflitos, os fornecedores argumentam que mesmo sendo real o problema da baixa rentabilidade industrial da cana, esse não é um problema exclusivo das canas provenientes de suas propriedades, e afirmam que em alguns casos, a cana de propriedade da usina é de qualidade inferior a deles. Por outro lado, assinalam, a baixa rentabilidade que lhes é atribuída aumenta porque as usinas não respeitam a ordem de chegada dos caminhões, tal como é estabelecido pela legislação açucareira.

Em suma, as críticas insistem no sentido da liberdade de operação das usinas face a escassa fiscalização do IAA. Nesse sentido a Associação dos Plantadores de Cana, tem feito denúncias públicas como consequência das reclamações de seus associados pelo não res-

peito às filas, aos problemas das balanças e ao pagamento segundo o teor de sacarose.

Essas denúncias visam forçar o IAA a tomar medidas para solucionar esses problemas. De todas as maneiras, é necessário destacar que apesar da reclamação da Instituição ter sido publicada nos jornais locais, os organismos que representam os usineiros não tem emitido resposta a nível oficial.

Em suma, os argumentos e contra argumentos expressados por ambos os setores tem razões específicas e sua validade não é motivo de nossa discussão. Simplesmente os mencionamos como elementos exemplificadores de uma situação de conflito existente e que refletem uma situação anterior à crise e que ela apenas recrudescer a tensão.

Esses conflitos não seriam os únicos, simplesmente fazemos referência a eles porque são os mais freqüentemente citados e os consideramos como suficientes para ilustrar a situação.

Sem ter pretensões de historiar essa relação de conflito, poderíamos dizer, com escassa margem de erro, que a mesma é tão antiga quanto o surgimento das usinas. A luta entre os antigos engenhos frente as usinas, embora assumindo formas diferentes, se faz presente ao longo de todo o processo. Não entanto, o momento atual de crise é crucial pois contribui para assinalar situações limites e de tensão manifesta.

A partir do descobrimento da possibilidade de cultivo da cana nos tabuleiros da região sul do estado, se produz a expansão da mesma, e quem empreende essa expansão com maior ênfase são basicamente as usinas. É verdade que também alguns fornecedores expandem a extensão cultivada, mas nunca com a mesma magnitude, e também nem são todos. fato esse que acentua ainda mais a distância existente entre os dois grupos no plano econômico.

Essa diferença se faz mais notável ainda na presente década quando se produzia a grande expansão das usinas naquela região. Essa expansão não só se manifesta na extensão das terras que controlam, como também e sobretudo através da mecanização, que faz com que o rendimento por hectare se multiplique.

Se os usineiros vivem essa expansão como muito positiva, os fornecedores a vivem como altamente problemática, vivenciando os conflitos do dia a dia com as usinas como uma ameaça à sua condição de fornecedores.

O conflito se torna ainda mais agudo na região sul. A região norte foi tradicionalmente área de cultivo de cana e ali se concen-

travam as usinas do estado. Na região sul, sendo definida fundamentalmente como área de tabuleiros, embora contava com 3 usinas, os fornecedores foram os que controlaram as terras da região até a expansão da presente década. No entanto, como consequência da expansão das usinas que tem acontecido no sul, é ali onde se concentram, atualmente, os municípios com maior produção açucareira, sendo os fornecedores dessa área os que se consideram mais afetados.

Em consequência do fato anterior os fornecedores ressaltam que o objetivo das usinas é sua subordinação cada vez maior o que poderá significar o fim dos fornecedores menores.

Já é antiga a prática dos financiamentos outorgados pelas usinas ainda que sob a forma de adiantamentos a seus fornecedores, adiantamentos esses que são descontados no momento da moenda. Essa prática se bem pode ser aplicada a qualquer fornecedor, na verdade tem lugar especialmente entre os pequenos fornecedores, pois são eles que por obter uma produção menor, tem mais dificuldades para ter acesso a todos os créditos que as instituições como Cooperativa e/ou bancos outorgam. A título de exemplo podemos mencionar que para obter um crédito para a compra de um caminhão, as instituições financeiras, inclusive a Cooperativa, exigem uma produção mínima de 8.000 toneladas de cana por safra. Por essa razão é que esse tipo de fornecedor é o que mais depende dos adiantamentos da usina. Se esse financiamento é em si próprio um mecanismo de subordinação, ele é ainda maior em circunstâncias de crise como a atual. Não só os descontos podem ser maiores, senão que as possibilidades de reclamação por parte do fornecedor em questão é muito menor. Em outras palavras, a usina tem possibilidade de ser mais arbitrária com esses fornecedores.

O mecanismo dos adiantamentos que freqüentemente é visto como positivo por parte do fornecedor, e que aparece como magnanimidade dos usineiros, se torna na verdade num elemento que pode virar contra ele. Esse sistema de financiamentos pode chegar a se constituir num endividamento progressivo que torna o fornecedor altamente instável na sua possibilidade de continuar se mantendo enquanto tal.

Temos podido observar que as situações de conflitos que existem no dia a dia por parte dos fornecedores frente as usinas, não se referem ao conjunto delas, mas, os conflitos que temos mencionado e que no presente estão acontecendo (descontos e problemas de filas) adquirem caráter mais grave num grupo específico delas.

Ainda que a existência de uma situação de crise seja reconhecida pelo conjunto de usineiros, admite-se também que a mesma não afeta igualmente a todas elas. Assim, algumas estão em piores condições e essas seriam as que adotaram medidas que provocam reação maior por parte dos fornecedores a ela ligadas. No entanto, numa análise mais cuidada é possível estabelecer que as medidas que provocam conflitos com os fornecedores não provem exclusivamente das usinas que estão em piores condições financeiras. Ainda que sendo verdade que as usinas com pior situação são as que tem mais conflitos com os seus fornecedores, poderíamos afirmar que esse não é um fato exclusivo delas. Pelo contrário, algumas das usinas consideradas como sendo menos afetadas pela crise, são centro de sérios problemas com seus fornecedores.

No levantamento efetuado tem sido possível observar que, em geral, os conflitos são vividos com maior intensidade por aqueles fornecedores ligados a usinas cujos proprietários delegam funções em terceiras pessoas. As reclamações dos fornecedores dirigem-se especialmente às pessoas por eles denominadas "empregados". É frequente ouvir expressões como "tal usina é um desastre", fazendo referência à uma relação que mantém com o indivíduo responsável pelo contato com os fornecedores. Nesse sentido o fornecedor insiste no fato de que quando a relação se estabelece diretamente com o proprietário da usina, ainda que possam existir conflitos, as possibilidades de uma reclamação ser atendida é maior. Quando a relação entre fornecedor e usineiro é uma relação personalizada, sem mediações como é norma em algumas usinas, face a situações de conflito, o problema geralmente é contornado depois de uma conversa.

Essa relação personalizada entre usineiro e fornecedor se expressa no caso desta crise, ainda em outro sentido, tornando-se nestas circunstâncias um elemento que pode contribuir para dissolver a possibilidade de uma ação conjunta e organizada por parte dos fornecedores. A maneira de exemplo podemos mencionar o caso de uma usina que cometia irregularidade com seus fornecedores, segundo a versão destes. Frente a essa situação, os fornecedores organizaram-se e fizeram queixa em conjunto. Um dos que liderava a reclamação foi chamado pelo usineiro, e fazendo apelo a uma antiga relação pessoal, ofereceu ao fornecedor uma solução individual tentando assim acabar com a ação.

Uma outra situação de conflito, embora de ordem diferente mas que também aparece em forma mais clara no auge da crise, que

existe tanto entre os usineiros como entre fornecedores, é o conflito entre "os velhos e os novos". É necessário destacar que o problema não é de idade, mas se refere a atitudes frente aos problemas expressada em formas diferentes de encaminhamento.

No caso das usinas, coincidentemente com a expansão e "modernização" da mesmas, surge um outro tipo de usineiro. Trata-se em geral de filhos ou sobrinhos dos antigos proprietários que tendo saído da propriedade, uma vez formados, regressam e se colocam na direção das empresas. Ao mesmo tempo constituem equipes técnicas integradas por engenheiros mecânicos, agrônomos, eletricitas, economistas e mais raramente advogados. Essas equipes se situam na camada superior da hierarquia da usina. A diferença existente entre a expansão de algumas usinas com relação a outras, tem muito a ver com o aparecimento desses novos empresários. Os empresários que poderiam ser denominados como "tradicionais" também se sentem afetados pela nova situação. A guisa de exemplo pode-se destacar que uma das críticas das usinas que ainda são dirigidas por "velhos usineiros" refere-se a que os "novos", por causa da necessidade de aumentar os seus lucros, efetuam desmatamentos de forma indiscriminada nas propriedades, acabando assim com as reservas florestais, que, na sua visão trará graves problemas ecológicos a curto e longo prazo.

No caso dos fornecedores o conflito é mais manifesto, e o descontentamento por parte dos "novos" fornecedores se expressa frente a Associação que os representa enquanto grupo. O conflito assume forma clara no momento dando lugar inclusive a uma nova associação na medida que os novos consideram que a Associação existente está comprometida com as usinas, não servindo, em conseqüência, aos interesses dos fornecedores. Em ambos os casos, fornecedores e usineiros, os "novos" muito menos comprometidos com o passado parecem resolvidos a assumir a defesa de seus interesses.

Aqui nos limitamos à constatação do fato, não dispondo, no momento, de elementos que nos permitam analisar qual é o tipo de relação existente entre os considerados "novos" de cada grupo. Ainda que sob forma de hipótese consideramos que essas situações de conflito entre fornecedores e usineiros podem ainda aumentar entre os "novos" precisamente por se sentirem sem compromissos com o passado, ausência essa que eles mesmos proclamam.

Deixamos por último, o problema dos trabalhadores ligados ao açúcar, ainda que seja da maior importância.

Em geral a versão dos trabalhadores sobre a crise não aparece na imprensa, como também nas versões dos usineiros e fornecedores não há referência sobre como essa crise é vivida pelo trabalhador.

O problema do trabalhador só é mencionado em duas circunstâncias. Por um lado, quando os empregados assinalam que um elemento que contribui para a existência da crise, é o fato de que o aumento de salários é superior ao aumento de preços do produto. Por outro lado, também se faz referência ao trabalhador quando interessa demonstrar a importância que a produção de açúcar em cada um dos momentos do processo tem enquanto maior fonte de emprego. É nesse sentido que ao assinalar a situação de crise vivida pelas usinas e fornecedores se faz referência a ameaça que a situação pode significar em termos de não poder pagar salários ao trabalhador. Nesse aspecto o trabalhador passa a ser um instrumento de ameaça utilizado pelo empregador frente as autoridades governamentais. Ainda que nas declarações de ordem geral, tanto usineiros quanto fornecedores, preocupados por destacar a seriedade da crise, fazem referência às dificuldades que algumas empresas tem para pagar os salários dos trabalhadores, quando analisamos cada caso em particular, observamos que nenhum dos empregadores reconhece que em seu caso específico algum trabalhador tivesse deixado de receber seu salário. Pelo contrário, insiste-se mais uma vez que o trabalhador é o único que não pode deixar de receber e que o que na prática tem sido feito é privilegiar essa dívida em detrimento das outras: aquelas obtidas com o comércio ou entidades financeiras. No entanto, deve-se lembrar que existem várias maneiras de diminuir os salários, sendo que a forma mais utilizada no presente é dar trabalho menor número de dias por semana e não pagar o décimo terceiro salário. De todos os modos, essas práticas não são novas, mas no momento elas são atribuídas à situação de crise.

Finalmente, gostaríamos de nos referir a como os trabalhadores vêem a crise atual.

A versão dos diferentes agentes sociais é significativa porque expressa a posição dos mesmos (Bourdieu, *op. cit.*). Assim, os argumentos dos fornecedores e usineiros compartilhando alguns pontos de vista e divergindo em outros, estão orientados especialmente para obter algumas vantagens da situação. Outra é a situação do trabalhador. Na medida em que a situação atual não modifica em nada as relações que mantém com os proprietários, eles não tem uma versão sobre essa crise. Esse fato se expressa com freqüência. Frente a nossa

pergunta sobre como era vivida a crise, a resposta dos trabalhadores era uma nova pergunta sobre a que crise estávamos nos referindo.

Quando indagados sobre a crise pela qual estariam atravessando os proprietários, a resposta é que essa é apenas uma das tantas crises cíclicas que tanto usineiros quanto fornecedores dizem sofrer. Em consequência, para o trabalhador essa não tem nenhuma especificidade com relação às anteriores. O trabalhador define a crise em outros termos. Todos os anos, especialmente no período de entressafra o trabalhador sofre crise, pois muitos proprietários reduzem o número de dias de trabalho, o que por sua vez diminui o salário a receber. No entanto, os trabalhadores também dizem sofrer outra situação de crise e que está intimamente ligada a expansão e "modernização" ocorrida na região.

Muitos dos trabalhadores, que hoje residem nas propriedades ou então circulam entre uma e outra recrutados por empreiteiros<sup>10</sup>, já foram produtores independentes instalados na região em épocas anteriores. A região sul do Estado, antes da expansão da lavoura canaveira, esteve ocupada fundamentalmente por posseiros e pequenos proprietários. Estes produtores, na sua grande maioria foram expropriados pelos grandes proprietários que se instalaram na região. Um dos mecanismos foi o da compra. No caso da terras que eram propriedade do estado e que estavam ocupadas por posseiros, o mecanismo utilizado foi outro. A terra usufruída por um posseiro, era transmitida a seus herdeiros, essa divisão era efetuada de fato, sem amparo legal, porque as posses não eram registradas. Os grandes proprietários interessados em expandir seus domínios sobre essas parcelas, compravam a posse a um dos herdeiros, mas na verdade no momento da demarcação abrangia o conjunto das posses dos herdeiros, protegidos pelo fato de que a divisão entre as posses não tinha existência legal. Assim, de um só golpe e usando o artifício da compra de uma das posses apenas a um herdeiro se eliminava todos os outros.

No caso das usinas, nem sempre eram os próprios usineiros que apareciam como compradores; usavam intermediários que eram enviados pelas usinas para efetuar a operação. A razão da presença de um intermediário se devia fundamentalmente ao fato de que as usinas, antes de se instalar, iam comprando terras sem anunciar sua

---

10 Sobre o papel dos empreiteiros ver, Sigaud, 1978.

posterior instalação, evitando assim inflacionar o mercado de terras na região.

No presente, uma vez já instaladas, e quando não se tem o interesse pela compra de parcelas pequenas, os usineiros utilizam o mecanismo de incentivar os pequenos produtores a cultivar cana. Esse mecanismo interessa em especial as usinas que tem problemas para cobrir sua cota, e nesses casos se prefere contar com um número maior de fornecedores com pequena produção, do que com grandes fornecedores, na medida em que assim se assegura um maior poder de manipulação.

Enfim, muitos dos pequenos produtores independentes do passado, tem se constituído ou em mão-de-obra da usina ou então cada vez mais subordinados a ela.

Os trabalhadores, são finalmente, motivo de conflito entre usineiros e fornecedores. Ambos concorrem pela mão-de-obra. Essa disputa não é nova, mas como conseqüência da expansão recente na região sul, tem recrudescido.

Segundo afirmam os fornecedores, as usinas pelo fato de estarem em melhores condições financeiras inflacionam o mercado de trabalho com o intuito de dispor da mão-de-obra qualificada. Em conseqüência, ambos os grupos, na atualidade, estão incorporando trabalhadores residentes construindo inclusive novas casas para esses trabalhadores, como maneira de fixar mão-de-obra dentro da propriedade. No entanto, em forma paralela a essa fixação há também um processo de expulsão, ainda que não aparecendo com o mesmo peso e sendo, inclusive apagado por aquele. Não só tem lugar a expulsão de posseiros e pequenos produtores já mencionada, mas também ocorre com os moradores fundamentalmente através do corte dos sítios. O morador que no passado recebia terras onde realizar seu próprio roçado, no presente, ainda que recebendo casa já não dispõe da parcela para cultivar esse roçado<sup>11</sup>.

Finalmente, e ainda que colocando problemas de ordem diferente, os trabalhadores expressam que a modernização, ou seja, a mecanização que está se impondo, supõe uma ameaça permanente de expulsão.

---

11 A relação de moradia e o processo de expulsão de moradores foi analisado no caso de Pernambuco por Palmeira (1976) e Sigaud (1979), nesses trabalhos nos baseamos para pensar a variante da plantation de Alagoas.

## RESUMÉ:

Le présent article est l'ébauche d'une étude d'une situation de crise de l'industrie canavière. Nous sommes partis des différentes versions des agents qui sont atteints par celle-ci: les fournisseurs de canne (grands propriétaires de terre et industriels de la raffinerie du sucre) et les travailleurs. Cette étude d'une situation conjoncturelle comme celle de la crise révèle des conflits qui permettent d'analyser les rapports structurels existants entre les divers agents, rapports qui constituent l'objet de notre étude.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P., 1962 — "Celibat et Condition Payssanne". *Études Rurales*, n.º 5-6. Avril-septembre.
- PALMEIRA, M., 1976 — "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional". *Controponto*, n.º 2. Centro Noel Nutels, Niterói.
- , 1979 — "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana". *Revista de Cultura e Política* 1 agosto. CEDEC, Ed. Global, São Paulo.
- RELATÓRIO da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas. Boletim da ASPLANA, dezembro 1977.
- SIGAUD, L., 1979 — *Os Clandestinos e os Direitos*. Ed. Duas Cidades, São Paulo.

Produção Gráfica: Sandra Siqueira — Tel.: 225-7145

Composto e impresso na INGRAF — Indústrias Gráficas Ltda.